

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Intermédica Sistema de Saúde S.A., relativas ao exercício de 2013 e 2012 de acordo com a Legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados. São Paulo, 27 de março de 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01.01.2012 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explic.	Balanço em 31 de dezembro de 2013			Balanço em 31 de dezembro de 2012			Balanço em 01.01.2012		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo Circulante		323.859	332.771	402.023	346.036	363.198	374.332			
Disponível		977	6.179	4.647						
Realizável		322.882	326.592	397.376						
Aplicações financeiras	5	135.981	159.471	252.948	245.083	263.699	271.447			
Aplicações vinculadas à provisões técnicas		124.327	93.148	127.104	58.429	72.451	88.289			
Aplicações não vinculadas		11.654	66.323	125.844	41	113	96			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	121.620	117.954	122.099	11	142.440	146.179	141.245		
Créditos tributários e Previdenciários		5.063	2.030	1.835						
Bens e títulos a receber	7	58.981	45.781	18.526	11	44.173	44.956	41.817		
Despesas Antecipadas		1.237	1.356	1.968		401	542	5		
Ativo Não Circulante		318.749	310.894	264.321						
Realizável a longo prazo		120.477	115.107	97.375						
Ativo Fiscal Diferido	15.b	43.876	42.023	38.425						
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	71.024	64.235	58.233						
Outros créditos a receber a longo prazo		5.577	8.849	717						
Imobilizado	9	172.755	168.021	139.546						
Imóveis de uso próprio		27.831	25.303	25.736						
Imóveis de uso próprio - hospitalares		27.831	25.303	25.736						
Imobilizado de uso próprio		47.425	50.730	41.440						
Hospitalares		22.789	28.665	25.475						
Não hospitalares		24.636	22.065	15.965						
Outras imobilizações		97.499	91.988	72.370						
Outras imobilizações - hospitalares		91.099	84.655	63.287						
Outras imobilizações - não hospitalares		6.400	7.333	9.083						
Intangível	10	25.517	27.766	27.400						
Total do Ativo		642.608	643.665	666.344						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais - R\$)

Notas explic.	Capital social	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção	Total		
	142.482	5.710	13.863	46.511	60.374	-	208.566
Saldos em 31 de Dezembro de 2011							
Reserva de reavaliação							
Realização:							
Por depreciação							
Provisão sobre tributos da reavaliação							
Lucro líquido do exercício							
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal							
Constituição de reservas							
Dividendos distribuídos							
Juros sobre capital próprio creditados							
Saldos em 31 de Dezembro de 2012							
Reserva de reavaliação							
Realização:							
Por depreciação							
Provisão sobre tributos da reavaliação							
Lucro líquido do exercício							
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal							
Constituição de reservas							
Dividendos distribuídos							
Juros sobre capital próprio creditados							
Saldos em 31 de Dezembro de 2013							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Intermédica Sistema de Saúde S.A. ("Companhia" ou "Operadora") com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº 314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013 e nº 344 de 20 de dezembro de 2013. Os dados correspondentes relativos aos balanços patrimoniais de 31/12/2012 e 01/01/2012 (derivado das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011), originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, estão sendo representados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, pelos seguintes motivos: - Os ativos e passivos fiscais diferidos estavam sendo apresentados de forma segregada no balanço patrimonial, sem ter sido considerado que a Companhia detinha o direito legalmente executável de compensá-los. Esses saldos estão sendo compensados e representados no balanço patrimonial. - Os depósitos realizados em garantia da contestação das cobranças relativas ao ressarcimento ao SUS estavam classificadas na conta de bens e títulos a receber no ativo circulante e foram reclassificadas para o grupo de bens e títulos a receber no ativo circulante, em consonância ao registro das provisões correspondentes no passivo circulante; - A ANS publicou as Resoluções Normativas nºs 314/2012, 322/2013 e 344/2013, em substituição a Resolução Normativa nº 290/2012, que apresentam como principal destaque a criação da Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG). Anterior a esta forma, o valor correspondente ficava registrado na conta "Contraprestação pecuniária a receber - Faturamento antecipado", como conta retificadora, no ativo. A seguir apresentamos os principais efeitos nas contas patrimoniais:

Ativo	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante						
Disponível	977	6.179	4.647			
Realizável	322.882	326.592	397.376			
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	135.981	159.471	252.948	124.327	93.148	127.104
Outros realizáveis	12.641	66.323	125.844	11.654	66.323	125.844
Ativo Não Circulante						
Realizável a longo prazo	120.477	115.107	97.375	121.620	117.954	122.099
Ativo Fiscal Diferido	43.876	42.023	38.425	5.063	2.030	1.835
Depósitos judiciais e fiscais	71.024	64.235	58.233	58.981	45.781	18.526
Outros ativos não circulante	5.577	8.849	717	1.237	1.356	1.968
Imobilizado	172.755	168.021	139.546	27.831	25.303	25.736
Imóveis de uso próprio	27.831	25.303	25.736	47.425	50.730	41.440
Hospitalares	22.789	28.665	25.475	24.636	22.065	15.965
Outras imobilizações	97.499	91.988	72.370	91.099	84.655	63.287
Outras imobilizações - hospitalares	91.099	84.655	63.287	6.400	7.333	9.083
Outras imobilizações - não hospitalares	6.400	7.333	9.083	25.517	27.766	27.400
Intangível	25.517	27.766	27.400			
Total do Ativo	642.608	643.665	666.344			

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (nota 3f).

2.2. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Ajuste a valor presente: Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes. Nas datas dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.

b) Reconhecimento das receitas operacionais: As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido ("pro-rata-dia"). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na conta "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", classificada no passivo circulante. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

c) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados: Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas, etc.) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos. **d) Disponíveis:** O Saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco e conta movimento. **e) Instrumentos financeiros:** Definição: Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Baixa de instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela administração da Operadora, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Operadora baixa os passivos financeiros somente quando as respectivas obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando pagas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **f) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são reconhecidos e avaliados com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica "Resultado Financeiro", na demonstração do resultado do exercício. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento

fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como "disponíveis para venda" ou não são classificáveis como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial". **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução do valor recuperável. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **g) Provisão para perdas sobre créditos:** A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica, salvo casos específicos avaliados individualmente pela administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. **h) Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.538/07, a Companhia decidiu manter os saldos existentes na reserva de reavaliação até a data de sua efetiva realização. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil e econômica dos bens. **i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação. Dentro desse contexto, o imobilizado, o intangível e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Administração da Companhia considera desnecessária a contabilização de provisão para perda de seus ativos não financeiros, exceto em relação ao ágio informado na nota 9. **j) Intangível:** O intangível é representado principalmente por ágio pago nas aquisições de investimentos (participações em controladas já incorporadas) e gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização do ágio foi realizada até 31 de dezembro de 2009 pela taxa mencionada na nota explicativa nº 9. A partir do exercício de 2009, a amortização contábil do ágio referente à rentabilidade das empresas adquiridas fundamentada na geração de lucros futuros não é mais permitida, passando a avaliação do saldo a ser feita pelo teste de recuperabilidade (*impairment*). Os demais intangíveis com vida útil econômica são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 10. **k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, sendo calculada com base em nota técnica atualizada e aprovada pela ANS. A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço. A Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG) não era requerida pela ANS até 31/12/2012. Até aquela data, a conta de Prêmios a receber - Faturamento Antecipado era classificada no ativo circulante e o passivo de provisão de eventos ocorridos e não avisados era reconhecido no passivo. **l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Os tributos diferidos atribuíveis às diferenças temporais são registrados no ativo ou no passivo, no pressuposto de sua realização futura. **m) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". **n) Obrigações legais e outros provisos para riscos:** A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões de riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; a existência de uma posição jurídica favorável ao cliente; a possibilidade de o cliente recorrer ao Poder Judiciário para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável. **o) Estimativas e julgamentos contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamento na determinação e no registro de determinadas estimativas. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, mensuração dos ativos avaliados ao valor justo, ajustes na provisão para realização de contas a receber, tributos diferidos, provisões técnicas e para riscos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores diferentes dos estimados em razão de imprevistos decorrentes do nível de subjetividade considerado no processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

4. GERENCIAMENTOS DE RISCOS
A Companhia opera exclusivamente com planos de saúde, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela sua administração. **Risco de crédito:** Um dos riscos de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a resolução normativa nº 290/2012 da ANS, e está descrita na nota explicativa nº 3 g. Outro risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de aplicação em títulos exclusivamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDB's, emitidos sempre por bancos de primeira linha (bancos com rating nacional de longo prazo AAA, conforme classificação pela Agência Fitch), com liquidez imediata, e operações comprometidas lastreadas em debêntures, emitidas por empresas de *Leasing* controladas por bancos de primeira linha, com garantia de recompra pelo Banco controlador, bem como em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluindo a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a RN nº 159, de 3 de julho de 2007, da ANS, para a garantia das provisões técnicas. **Risco de liquidez:** A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Companhia elaborou análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas. Casamento de ativos e passivos (ALM):

Ativos Financeiros	Sem Vencimento Até 1 Ano		A Vencer Entre 1 e 5 Anos		Total
	Vencimento Até 1 Ano	A Vencer Entre 1 e 5 Anos	Vencimento Até 1 Ano	A Vencer Entre 1 e 5 Anos	
Aplicações financeiras	977	34.635	101.346	135.981	
Contraprestações a receber	33.919	87.701	121.820	135.981	
Bens e títulos a receber	34.902	24.079	5.577	64.558	
Total dos ativos financeiros	35.879	33.919	146.415	106.923	323.136
Passivos Financeiros					
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	79.075	166.008	47	245.130	
Débitos diversos	0	63.721	11.176	74.897	
Empréstimos e financiamentos	0	2.787	0	2.787	
Total dos passivos financeiros	79.075	232.516	11.223	322.814	

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: O risco de taxa de juros advém da possibilidade de controles internos adequados, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações de portfólio das aplicações financeiras. A Companhia adota a política de aplicação em títulos exclusivamente pós-fixados. O portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo o restante indexado à taxa Selic. Pelo fato de a Companhia não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/ taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 5. **Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros:** As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2013, se as taxas de juros de CDI fossem 10% mais altas ou mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 aumentaria/diminuiria em R\$ 1.329.

11. RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS E PROVISÕES TÉCNICAS

A Resolução Normativa - RN nº 209 e alterações posteriores estabelecem regras para constituição de provisões técnicas e manutenção de patrimônio líquido mínimo. As principais definições são: • O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital base de R\$ 6.264 (R\$ 5.871 em 31 de dezembro de 2012), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o patrimônio mínimo ajustado requerido desta Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.899 (R\$1.780 em 2012). • Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a movimentação da provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir (*):

	2013	2012
Saldo inicial	146.179	141.245
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosa	961.529	1.196.701
Pagamentos efetuados para a rede credenciada	(965.268)	(1.191.767)
Total circulante	142.440	146.179

(* Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS dos gastos incorridos no atendimento a usuários de planos de saúde quando da utilização da rede pública. A Companhia está contestando esta cobrança por meio de seus advogados, inclusive a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS. A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados estavam assim representados:

	2013	2012
Saldo inicial	44.956	41.817
Constituição/(Reversão)	(783)	3.139
Total PEONA	44.173	44.956

12. DÉBITOS DIVERSOS

A composição de débitos diversos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Aluguéis a pagar	1.761	1.844
Contas a Pagar	984	1.092
Fornecedores	21.481	24.055
Prestadores de Serviços	1.540	2.791
Obrigações trabalhistas	34.975	35.141
Outros	2.980	2.527
Total	63.721	67.450

13. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável:

	2012	Adições	Reversões/ pagamentos	2013
Contingências tributárias e obrigações legais:	55.970	7.268	(6.732)	56.506
ISS - município de São Paulo (a)	15.403	-	-	15.403
ISS - município de Campinas	5.591	1.029	-	6.620
ISS - município de São Paulo (b)	8.941	5.320	(6.732)	7.530
INSS	4.962	918	-	5.880
FGTS (d)	15.230	-	-	15.230
Outros (e)	5.843	-	-	5.843
Contingências trabalhistas (c) (e)	7.991	5.661	(2.392)	11.260
Contingências cíveis (c) (e)	14.108	4.714	(1.743)	17.079
Total	78.069	17.643	(10.867)	84.845

(a) A Companhia questiona judicialmente a incidência do ISS (município de São Paulo) sobre seu futuroamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Os saldos de depósitos judiciais correspondentes a esse questionamento, no montante de R\$15.403 (R\$15.403 em 2012). (b) A Companhia obteve Liminar em setembro de 2011. Sentença procedente em dezembro de 2011 para reconhecer à impetrante o direito à incidência do tributo ISS sobre a diferença entre os valores percebidos e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço e apenas no que concerne às operações de planos de saúde, bem como o direito ao crédito decorrente do recolhimento indevido do ISS no mês de agosto de 2011, mediante comprovação do seu pagamento a maior. Sobre o ressarcimento incidirá juros de mora e atualização monetária desde o seu recolhimento nos termos da Lei 11.960/09, no montante de R\$ 7.530 (R\$ 8.941 em 2012). (c) A Companhia é parte reclamada em certas ações de natureza cível e trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos. (d) Refere-se a auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas), para o qual foi efetuado depósito judicial da totalidade do valor presente no auto de infração de R\$ 15.230. (e) Para essas ações judiciais em andamento, são mantidos depósitos judiciais no montante de R\$41.404 (R\$33.602 em 2012). Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia apresenta outras ações de naturezas cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 137.966 (R\$ 119.547 em 2012), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não se encontram provisionadas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social no valor de R\$142.482, totalmente subscrito e integralizado em 2013 e 2012, está representado por 142.482.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Reservas de lucros:** Reserva legal - é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido ajustado, ao final de cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. Outras - correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro da Companhia ou de futura deliberação dos acionistas. **c) Destinação do lucro:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. No exercício de 2013, a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido. Os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$7.600 (R\$9.450 em 2012), resultando em benefício fiscal de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R\$ 2.584 (R\$ 3.213 em 2012). A AGE, realizada em 30 de Abril de 2013, deliberou e aprovou a distribuição de dividendos referentes aos lucros obtidos em exercícios anteriores e no próprio exercício no montante total de R\$ 25.000. A AGE, realizada em 25 de junho de 2013, deliberou e aprovou a distribuição de dividendos referentes aos lucros obtidos em exercícios anteriores e no próprio exercício no montante total de R\$ 15.000. A AGE, realizada em 2 de abril de 2012, deliberou e aprovou a distribuição de dividendos referentes aos lucros obtidos em exercícios anteriores e no próprio exercício no montante total de R\$62.500. **d) Reserva de Reavaliação:** Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta "Reserva de Reavaliação", que é apresentado pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre as reavaliações de edifícios, está representado por R\$5.489 (R\$5.600 em 2012). Antes da aplicação da Lei nº 11.638/07, a Companhia reavaliava seus imóveis a cada 4 (quatro) anos, sendo as últimas reavaliações efetuadas nos anos de 2007 e 2006 (ambas parciais).

A DIRETORIA

ATUÁRIO: Fernando dos Santos Araujo - MIBA: 1767

CONTADOR: Omildo Pedrosa de Macedo Filho - CRC 1 SP 190 221/O-0

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2013	2012
Resultado antes dos tributos e das participações	74.177	74.177
Adições/Exclusões permanentes	(277)	(277)
Adições/Exclusões temporárias	11.605	11.605
Juros sobre o capital próprio	(7.600)	(7.600)
Lucro tributável	77.905	77.905
Tributos antes das deduções	(19.452)	(18.802)
Doações incentivadas	869	542
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	467	452
Impostos correntes	(18.116)	(17.808)
Outros acréscimos	(459)	(170)
Despesa de Imposto de renda e Contribuição Social	(18.575)	(17.181)
Constituição de IR e CSLL diferidos	1.362	490
Total das despesas do exercício	(23.904)	(20.987)

b) A composição dos créditos tributários incluídos em outros créditos a receber no realizável a longo prazo e exigível a longo prazo é demonstrada como segue:

	2013	2012
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de provisões para:		
Contingências	28.848	26.543
SUS	14.517	10.184
Perdas sobre créditos	9.051	10.397
Outros	624	2.254
Total do imposto diferido ativo	53.040	49.378
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:		
Amortização do intangível para fins fiscais	(6.218)	(4.350)
Reavaliação de imóveis	(2.946)	(3.005)
Total do imposto diferido passivo	(9.164)	(7.355)
Total do imposto diferido, líquido	43.876	42.023

c) Movimentação dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido):

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2012	30.901	11.122	42.023
(-) Créditos tributários	1.363	490	1.853
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	32.264	11.612	43.876

16. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2013	2012
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	1.731.596	1.987.045
Contraprestações canceladas	(8.888)	(19.452)
Contraprestações de assistência à saúde - assumidas	3.325	2.758
Contraprestações de assistência à saúde - transferidas	(73.938)	(93.226)
Total das contraprestações líquidas	1.652.095	1.877.125

17. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	2013	2012
Consultas	261.220	275.404
Exames	242.149	438.091
Internações	516.379	513.359
Outros atendimentos ambulatoriais	258.505	299.399
PEONA	(783)	3.138
Recuperação de eventos indenizáveis	(62.431)	(73.143)
SUS	12.565	6.613
Terapias	32.962	37.754
Demais despesas assistenciais	9.596	10.499
Total geral	1.270.162	1.511.114

Abertura dos eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos:

Planos Individuais/familiares antes da Lei 9.656/1998:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	1.493	1.076	50	9.634	2.184	-	14.437
Rede Contratada	3.062	6.369	641	683	542	457	11.754
Total	4.555	7.445	691	10.317	2.726	457	26.191

Planos Individuais/familiares Pós Lei 9.656/1998:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	7.262	1.628	113	33.111	8.596	-	50.710
Rede Contratada	7.098	8.535	1.570	1.690	1.971	1.157	22.021
Total	14.360	10.163	1.683	34.801	10.567	1.157	72.731

Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	13.040	4.852	299	11.680	4.028	-	33.899
Rede Contratada	7.408	15.717	2.109	15.652	7.210	703	48.799
Total	20.448	20.569	2.408	27.332	11.238	703	82.698

Planos Coletivos Empresariais Pós Lei 9.656/1998:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	80.719	29.406	2.455	228.747	130.604	-	471.931
Rede Contratada	127.138	156.674	24.508	198.263	91.411	6.835	604.829
Total	207.857	186.080	26.963	427.010	222.015	6.835	1.076.760
Total Geral	247.220	224.257	31.745	499.460	246.546	9.152	1.258.380

PEONA (783)
SUS 12.565

EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

18. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	2013	2012
Comissão de agenciamento:		
Remuneração - Pessoal próprio	(1.841)	(1.562)
Comissão/agenciamento	(63.779)	(66.287)
Total	(65.620)	(67.849)

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Pessoal	128.173	133.680
Serviços de terceiros	37.199	39.897
Localização e funcionamento	31.775	39.023
Tributos	3.491	4.214
Publicidade e propaganda	3.928	2.722
Provisão(reversão) para contingências	7.159	(2.960)
Outras	19.244	18.501
Total	230.969	235.077

20. GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os recursos garantidores das provisões técnicas estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	2013	2012
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	34.585	39.839
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	89.742	53.310
Depósitos Judiciais - SUS	34.902	26.403
Imóveis, líquidos de depreciação	25.912	24.370
Total	185.141	143.562
Valor total das provisões técnicas	129.559	129.340
Excesso de garantias	55.582	14.222

21. PARTES RELACIONADAS

Os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
	2013	2012
Notre Dame Seguradora S.A.:		
Créditos operacionais de prestação de serviços de assistência à saúde	1.535	310
Débitos diversos - fornecedores	(951)	(122)
Contraprestações líquidas	-	5.863
Despesas de alugueis (*)	-	(4.897)
Despesas com seguros (*)	-	(1.309)
Interodonto - Sistema de Saúde Odontológica Ltda.:		
Créditos operacionais de prestação de serviços de assistência à saúde	37	8
Débitos diversos - Fornecedores	(101)	(608)
Contraprestações líquidas	-	365
Despesas de planos odontológicos (*)	-	(7.942)

(*) Encontra-se classificado na conta "Despesas administrativas", na demonstração do resultado do exercício. A remuneração dos principais Administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curso prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no ano de 2013 foi de R\$8.819 (R\$ 6.591 em 2012). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não operou nem apresentava posições ativas ou passivas, decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios, estoque	Incêndio, raio, explosão, queda de aeronave, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos, até fumaça, desmornamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos	R\$ 566.752
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 8.000
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e consultores	R\$ 15.000
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de Vida em Grupo	Variável conforme faixa e limite máximo

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Operadora avaliou os potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração da nossa conclusão. A Sociedade aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 22 de março de 2014 os acionistas controladores firmaram um acordo para a venda da totalidade das ações representativas do capital social desta Operadora, com a Bain Capital Brazil Participações